

REGULAMENTO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO – PIBITI/CNPq-FA-UEM

Capítulo I *FINALIDADES E OBJETIVOS*

Art. 1º - As normas que seguem visam a orientar docentes e bolsistas vinculados a projetos de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação quanto aos procedimentos que devem ser observados do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI).

§ 1º - As bolsas do PIBITI são concedidas, anualmente, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), sob forma de quota à Instituição.

§ 2º - O suporte financeiro para a sustentação da contrapartida na forma de bolsas PIBITI da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é dado por meio de recursos internos e seus valores são fixados por decisão do Conselho de Administração.

Art. 2º - Segundo a Resolução Normativa nº 017/2006-CNPq, de 6/7/2006, e suas alterações, o PIBITI tem como objetivos:

- I. contribuir para a formação e o engajamento de recursos humanos em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no país, sob orientação de docentes qualificados;
- II. incentivar e aprimorar a política institucional de iniciação em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação;
- III. possibilitar maior interação entre atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação desenvolvidas na graduação e na pós-graduação;
- IV. estimular docentes produtivos a envolverem estudantes do ensino superior em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação;
- V. proporcionar ao bolsista, orientado por docente qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa tecnológica, bem como estimular o desenvolvimento do pensar tecnológico e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

Capítulo II ORGANIZAÇÃO

Art. 3º - O PIBITI será coordenado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG) e assessorado pelo Comitê Institucional de Bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CIBITI).

Art. 4º - O CIBITI será integrado:

- I. pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, que o presidirá;
- II. pelo Diretor de Pesquisa da PPG, que coordenará o PIBITI e substituirá o Pró-Reitor em suas faltas ou impedimentos;
- III. pelo Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual (PTL), que substituirá o Pró-Reitor ou o Diretor de Pesquisa em suas faltas ou impedimentos;
- IV. pelos membros do Conselho Técnico do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UEM.

Art. 5º - O CIBITI reunir-se-á e deliberará com a maioria de seus membros em primeira convocação ou com qualquer número de presentes em segunda convocação.

Art. 6º - Compete ao CIBITI:

- I. aprovar e modificar o presente regulamento, observando-se o disposto nas normas do CNPq, FA e UEM;
- II. definir o calendário de atividades do Programa;
- III. definir critérios para o processo de seleção do Programa;
- IV. acompanhar as atividades do Programa e sugerir aos participantes quaisquer medidas julgadas úteis à execução do mesmo;
- V. organizar anualmente o evento de avaliação do PIBITI, o Encontro Anual de Iniciação Tecnológica e Inovação (EAITI);
- VI. aprovar os relatórios parcial, semestral e final;
- VII. selecionar os trabalhos do PIBITI para representar a UEM em eventos científicos ou tecnológicos;
- VIII. proceder todos os encaminhamentos necessários para o bom andamento do Programa;
- IX. julgar recursos.

Art. 7º - São atribuições do Presidente do CIBITI:

- I. responder junto ao CNPq e à FA pelo PIBITI;
- II. presidir as reuniões do CIBITI.

Art. 8º - São atribuições do Coordenador do PIBITI:

- I. convocar as reuniões do CIBITI;
- II. executar as deliberações do CIBITI;
- III. divulgar editais e formulários para os processos seletivos;
- IV. receber as solicitações de bolsas para o Programa;
- V. organizar e manter atualizado cadastro de projetos, orientadores e bolsistas;
- VI. prestar atendimento ao orientador e bolsista;
- VII. receber os formulários das inscrições e os trabalhos quando da realização do EAITI;
- VIII. expedir certificados e declarações relativos às atividades do Programa;
- IX. proceder todos os encaminhamentos necessários para o bom andamento do Programa.

Capítulo III **ORIENTADOR E COORIENTADOR**

Art. 9º - São requisitos essenciais para o orientador:

- I. estar como docente efetivo, integrante da carreira da UEM, possuir titulação de doutor e regime de trabalho com a Instituição não inferior a 40 horas semanais, e ter expressiva produção tecnológica ou de inovação nos últimos cinco anos;
- II. possuir experiência na formação de recursos humanos ou em atividades de geração e transferência de tecnologia;
- III. possuir Currículo Lattes junto ao CNPq, atualizado há pelo menos 5 (cinco) anos a contar do edital do processo de seleção, sendo este o que deve ser inserido no SGP no momento da submissão do projeto, e que será utilizado pelo CIBITI na análise da pontuação da produção científica e tecnológica;
- IV. coordenar ou participar de projeto institucional de pesquisa ou de extensão tecnológica em andamento no ano de submissão do PIBITI, cujo encerramento não ocorra antes do término das inscrições do processo de seleção. Considera-se equivalente a projeto institucional, para fins do PIBITI, projeto de mestrado ou doutorado aprovado e

devidamente comprovado pelos respectivos programas de pós-graduação;

- V. não estar enquadrado no Plano Anual de Capacitação Docente (PACD), excetuando-se o caso de pesquisador afastado para pós-doutorado que poderá orientar projetos PIBITI desde que haja aprovação do Departamento e a presença de um coorientador no projeto;
- VI. não estar afastado ou se afastar no período de vigência do projeto, excetuando-se o caso de o período de afastamento ser menor ou igual a 90 (noventa) dias ou no caso de estar usufruindo de licença maternidade ou licença adotante;
- VII. não estar inadimplente ou impedido de participar dos Programas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, Iniciação Científica, Pesquisa Docente e Pós-Graduação.

§ 1º - Docentes visitantes poderão participar do PIBITI desde que comprovem, no momento da submissão do projeto, permanência na Instituição durante o período de vigência do projeto.

§ 2º - Docentes aposentados poderão participar do PIBITI mediante a apresentação, no momento da submissão do projeto, de Termo de Adesão ao Serviço Voluntário contemplando o período de vigência do projeto.

§ 3º - Para pesquisadoras ou pesquisadores que foram beneficiários de auxílio licença maternidade ou licença adotante no período de análise da pontuação mencionada no Inciso III, será considerado um ano a mais na avaliação do Currículo Lattes para cada licença. As licenças no período são cumulativas, ou seja, em caso de mais de um filho (não gêmeos) a partir da data de início da contagem da referida pontuação, será contabilizado um ano a mais para cada licença. A licença maternidade ou licença adotante deverá ser declarada no momento da submissão da proposta.

Art. 10 - São requisitos essenciais para o coorientador:

- I. estar como pesquisador de Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) com titulação de doutor ou mestre; doutor em estágio pós-doutoral na UEM; discente de doutorado regularmente matriculado em programa de pós-graduação na UEM.

Art. 11 - São compromissos do orientador:

- I. escolher e indicar, para bolsista, aluno com perfil e desempenho acadêmico compatíveis com as atividades previstas, observando princípios éticos e a existência de conflitos de interesse;
- II. realizar reuniões regulares para orientar o bolsista nas distintas fases do trabalho, incluindo a elaboração de relatórios semestral e final e

material para apresentação em eventos científicos ou tecnológicos, bem como para a apresentação dos resultados finais do projeto no EAITI;

- III. solicitar, com justificativas, a exclusão do bolsista, podendo indicar novo aluno para a vaga desde que satisfeitos os prazos operacionais adotados pela Instituição e que o novo aluno atenda aos requisitos previstos no Artigo 12 deste regulamento;
- IV. incluir o nome do bolsista nas publicações e nos trabalhos apresentados em congressos e seminários, cujos resultados tiveram a participação efetiva do bolsista;
- V. por ocasião do EAITI, avaliar e deliberar acerca do resumo elaborado pelo bolsista a ser submetido ao evento, bem como acompanhar obrigatoriamente as exposições dos resultados finais e coordenar sessões de apresentações de trabalhos quando o evento for realizado na UEM, sob pena de ficar inadimplente junto ao Programa;
- VI. comunicar imediata e formalmente à Divisão de Propriedade Intelectual (PTL), com justificativas, eventuais problemas e possíveis alterações relacionados ao desenvolvimento do projeto, ao bolsista, orientador ou coorientador, bem como possíveis alterações no plano de trabalho aprovado;
- VII. sempre que solicitado, entregar dentro do prazo estipulado, e seguindo as orientações contidas em comunicação, todo e qualquer documento relacionado ao projeto, em especial os documentos que integram o processo de seleção e a prestação de contas por parte dos órgãos externos de fomento.

§ 1º - É vedado ao orientador repassar a outro a orientação de seu bolsista.

Em casos de impedimento do orientador em período superior a noventa dias, excetuando-se a usufruição de licença maternidade ou licença adotante, a bolsa retorna à coordenação institucional do Programa.

§ 2º - Para os casos em que o benefício de licença maternidade ou licença adotante ocorrer durante o desenvolvimento do projeto, o mesmo deverá ter a presença de um coorientador.

§ 3º - Por ocasião da realização do EAITI na UEM, o orientador que não puder acompanhar ou coordenar as exposições citadas no Item V acima deverá apresentar justificativa, devidamente comprovada.

§ 4º - O coorientador terá como compromisso auxiliar o orientador nas orientações do Programa.

§ 5º - Ao escolher aluno formando o orientador se responsabilizará a indicar substituto que atenda aos requisitos previstos neste regulamento e no edital do processo de seleção, obedecendo os prazos operacionais previstos no referido edital, sob pena de devolução das bolsas recebidas.

Capítulo IV

BOLSISTAS

Art. 12 - Para participar do PIBITI, o acadêmico deverá atender aos seguintes requisitos:

- I. estar regularmente matriculado em curso de graduação na UEM;
- II. não ter mais do que três reprovações no ano letivo anterior;
- III. ser selecionado e indicado pelo orientador;
- IV. não possuir grau de parentesco, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, com o orientador;
- V. não estar, sob quaisquer circunstâncias, inadimplente ou impedido de participar dos Programas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação ou Iniciação Científica;
- VI. possuir Currículo Lattes junto ao CNPq, atualizado há pelo menos 5 (cinco) anos a contar do edital do processo de seleção, sendo este o que deve ser inserido no SGP no momento da submissão do projeto;
- VII. não participar, concomitantemente, em mais de um processo de seleção de projeto de iniciação científica, tecnológica, ensino ou extensão, com ou sem bolsa.

Parágrafo Único: Acadêmicos que estiverem cursando o último ano da graduação poderão participar do Programa, entretanto, caberá ao orientador indicar, formalmente à PTL, o nome do acadêmico substituto com antecedência mínima de sessenta dias do término do vínculo do atual bolsista com a Instituição.

Art. 13 - São obrigações do bolsista:

- I. dedicar-se às atividades acadêmicas e de pesquisa, inclusive no período de férias letivas;
- II. executar o plano de trabalho aprovado sob orientação do orientador, com dedicação de vinte horas semanais;
- III. encontrar-se regularmente com o orientador para receber orientação sobre as distintas fases do trabalho, incluindo a elaboração de relatórios semestral e final e material para apresentação em eventos científicos ou tecnológicos, bem como para a apresentação dos resultados finais do projeto no EAITI;
- IV. apresentar após seis meses de vigência do Programa, relatório das atividades desenvolvidas no período, de acordo com as normas estabelecidas pelo CIBITI, contemplando os resultados já alcançados e permitindo constatar seu desempenho naquele período;

- V. apresentar, até trinta dias após o término do Programa, relatório final de acordo com as normas estabelecidas pelo CIBITI, contemplando os resultados alcançados com a execução do plano de atividades;
- VI. apresentar os resultados finais do projeto no EAITI;
- VII. incluir o nome do orientador e do coorientador nas publicações e trabalhos decorrentes da pesquisa;
- VIII. não exercer qualquer atividade remunerada com vínculo empregatício, excetuando-se, para os projetos contemplados com bolsa CNPq ou UEM, o estágio;
- IX. fazer referência a sua condição de bolsista do PIBITI/CNPq-FA-UEM nas publicações e trabalhos apresentados;
- X. usufruir, a partir do início do projeto, apenas desta modalidade de bolsa, sendo vedada a acumulação desta com a de outros Programas do CNPq, da FA, da própria Instituição ou de quaisquer agências nacionais, estrangeiras ou internacionais de fomento ao ensino e à pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação ou congêneres;
- XI. participar, no início do Programa, do evento de orientação sobre o PIBITI e conceitos de Propriedade Intelectual promovido pelo NIT/UEM;
- XII. devolver ao CNPq, à FA ou à UEM, em valores atualizados, após análise e deliberação do CIBITI, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e obrigações estabelecidos acima ou no edital de seleção não sejam cumpridos.

§ 1º - O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os requisitos dispostos no Art. 3º da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008.

§ 2º - Poderá ser concedida bolsa a aluno que esteja em estágio não-obrigatório, desde que o projeto tenha sido contemplado com bolsa do CNPq ou da UEM e que haja declaração conjunta da Instituição de ensino, do supervisor do estágio e do orientador da pesquisa de que a realização do estágio não afetará sua dedicação às atividades acadêmicas e de pesquisa. A declaração deverá ser submetida via SGP quando do envio do projeto, bem como ser mantida com o bolsista. O disposto neste parágrafo se aplica também ao bolsista que venha a obter estágio não-obrigatório durante a vigência da bolsa.

§ 3º - Não é considerado acúmulo a manutenção simultânea de bolsa com benefícios assistencialistas de manutenção e/ou de permanência, quando estes possuírem finalidades distintas de iniciação científica e tecnológica e/ou inovação.

Capítulo V

PROJETO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO

Art. 14 - São requisitos essenciais ao Projeto de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (DTI):

- I. possuir caráter de desenvolvimento tecnológico e de inovação;
- II. ser elaborado obrigatoriamente de acordo com formulário específico e apresentado pelo orientador por meio do Sistema de Gestão de Projetos (SGP) dentro do prazo estabelecido em edital específico;
- III. conter a indicação de vinculação a projeto institucional de pesquisa ou de extensão tecnológica, ou projeto de mestrado ou doutorado, em conformidade com o disposto no Artigo 9º, Inciso IV;
- IV. conter a indicação do Nível de Maturidade / Prontidão Tecnológica (TRL/MRL, do inglês, *Technology Readiness Levels / Manufacturing Readiness Levels*) do projeto de iniciação tecnológica proposto, conforme escada adotada pelo CIBITI no momento de submissão do projeto e indicada no edital de seleção;
- V. receber parecer circunstanciado favorável da Câmara Departamental ou do Departamento, contemplando obrigatoriamente o mérito do projeto de DTI quanto aos itens:
 - a. vinculação ao projeto institucional do orientador ou projeto de mestrado/doutorado aprovado pelos respectivos programas de pós-graduação;
 - b. clareza da proposição do problema;
 - c. justificativas e objetivos;
 - d. caráter de desenvolvimento tecnológico e de inovação;
 - e. viabilidade de execução no período de doze meses.

§ 1º - Além do orientador e bolsista, o projeto poderá prever a participação de um coorientador.

§ 2º - O coorientador deverá atender ao contido no Artigo 10 deste regulamento e sua inclusão será permitida até os seis primeiros meses de desenvolvimento do projeto, não sendo aceitas inclusões retroativas.

§ 3º - A solicitação de inclusão de coorientador deve ser aprovada no Departamento onde o docente estiver lotado.

§ 4º - Fica vedada a reapresentação de projetos já desenvolvidos.

§ 5º - Não será considerado válido o parecer circunstanciado a que se refere o inciso V desse artigo, caso sua aprovação tenha sido realizada *ad referendum* ou que não tenha contemplado todos os itens exigidos.

Capítulo VI **INSCRIÇÃO, SELEÇÃO, CONCESSÃO E ADMISSÃO**

Art. 15 - Para a inscrição no PIBITI, os interessados deverão atender aos requisitos previstos neste regulamento e aqueles estabelecidos no edital do processo de seleção, divulgado anualmente pela PPG.

Art. 16 - A seleção dos orientadores será realizada pelo CIBITI e pelo Comitê Externo, constituídos de docentes com bolsa de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora ou Produtividade em Pesquisa.

Art. 17 - Para a seleção dos orientadores, serão utilizados os seguintes critérios:

- I. Bolsistas Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora, e Bolsistas Produtividade em Pesquisa (CNPq ou FA), têm precedência em relação aos demais para recebimento de bolsa do PIBITI, respeitando-se a seguinte ordem: Bolsistas Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq, Bolsistas Produtividade em Pesquisa do CNPq e Bolsistas Produtividade da Fundação Araucária;
- II. possuir bolsa concedida por agências de fomento ligadas aos órgãos oficiais ou concedida por empresas;
- III. produção científica e tecnológica do orientador nos últimos cinco anos;
- IV. ter experiência na formação de recursos humanos e em atividades de geração e transferência de tecnologia;
- V. ter experiência como orientador em programas de pós-graduação *stricto sensu* e no PIBITI;
- VI. ter projeto de pesquisa em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação financiado por agência de fomento ou empresas.

n.

Art. 18 - A admissão dos bolsistas e respectivos orientadores ao Programa dar-se-á mediante indicação da Instituição ao CNPq e à FA, por meio de formulários específicos.

Parágrafo Único: O CIBITI deverá divulgar aos bolsistas e orientadores, a cada início do Programa, as responsabilidades assumidas pelos mesmos.

Art. 19 - Os orientadores e acadêmicos selecionados para o PIBITI, mas não contemplados com bolsa, poderão desenvolver os projetos sem o benefício financeiro, convertendo-os para PIC, desde que haja manifestação expressa do orientador na submissão do projeto.

Parágrafo Único: Os projetos convertidos para PIC devem respeitar o contido no respectivo regulamento.

Capítulo VII **ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

Art. 20 - O acompanhamento do bolsista se dará por meio de relatórios semestral e final, conforme especificado nos incisos IV e V do Artigo 13 deste regulamento, e por meio da apresentação dos resultados finais do projeto no EAIDI, conforme especificado no inciso VI do Artigo acima citado.

- § 1º - O Departamento, num prazo de vinte dias do recebimento dos relatórios, deverá emitir parecer analítico contemplando o cumprimento dos objetivos propostos e do cronograma, bem como a avaliação da metodologia e dos resultados obtidos.
- § 2º - O parecer do Departamento deverá ser encaminhado à PPG, por meio do SGP, para análise e parecer final do CIBITI.
- § 3º - O CIBITI terá trinta dias para efetuar a análise dos relatórios e do parecer do Departamento.

Art. 21 - O Programa e o bolsista serão avaliados anualmente por meio da realização do EAIDI.

- § 1º - O comitê de avaliação será composto pelo representante do CNPq, pelo Comitê Externo e pelos Comitês Locais das Instituições promotoras do evento.
- § 2º - Os resumos, elaborados conforme normas do evento e contendo os resultados finais do projeto, serão previamente analisados pelo CIBITI.

Capítulo VIII **SUBSTITUIÇÃO DE BOLSISTA, CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DO PROJETO**

Art. 22 - A substituição de bolsista poderá ser efetuada mediante solicitação do orientador, devidamente justificada, até dois meses antes do término do projeto.

Parágrafo Único: Qualquer que seja o motivo da substituição, o bolsista que se afasta deverá apresentar relatório parcial de atividades referente ao período em que participou do Programa, o qual deve ser aprovado pelo Departamento e pelo CIBITI.

Art. 23 - Em casos de impedimento eventual do orientador, a bolsa retornará à Instituição e será repassada ao projeto suplente, obedecendo-se a classificação do Processo de Seleção do PIBITI com a condição obrigatória de que o projeto esteja sendo desenvolvido em consonância com o contido no Artigo 19 deste Regulamento.

Art. 24 - O cancelamento do projeto poderá ser realizado a qualquer momento, constituindo-se motivos para o mesmo:

- I. solicitação do orientador, mediante justificativas;
- II. afastamento do orientador, ressalvado o contido no Parágrafo 1º do Artigo 11 deste Regulamento;
- III. não aprovação dos relatórios pelo Departamento e pelo CIBITI.

Parágrafo Único: Qualquer que seja o motivo do cancelamento, o bolsista deverá apresentar relatório parcial de atividades referente ao período em que o projeto foi desenvolvido, o qual deve ser aprovado pelo Departamento e pelo CIBITI.

Art. 25 - As solicitações de substituições de bolsistas ou cancelamentos de projetos deverão ser formalmente encaminhadas pelo orientador à PPG, por meio do SGP.

Parágrafo Único: Para gerar efeito no mesmo mês, as solicitações deverão ser encaminhadas à PPG, via SGP, até o seu quinto dia útil, sendo vedada a retroatividade. n.

Art. 26 - São permitidas alterações no projeto durante seu desenvolvimento, desde que o mesmo não perca seu caráter de desenvolvimento tecnológico e de inovação e não fuja de seu escopo original. As alterações deverão ser solicitadas mediante preenchimento de formulário de alteração de projeto e aprovadas no Departamento e pelo CIBITI.

Capítulo IX **INADIMPLÊNCIA E IMPEDIMENTO**



Art. 27 - O orientador e o bolsista que deixarem de atender as normas previstas neste regulamento serão considerados inadimplentes com o PIBITI, sem direito a certificado.

Parágrafo Único: O orientador e o bolsista que forem considerados inadimplentes com o PIBITI ficarão impedidos de participar deste Programa por um período de seis meses após a regularização de sua pendência.

Capítulo X DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 28 -** A cada bolsista será concedida, mensalmente, uma bolsa, sendo vedada a divisão da mensalidade de uma bolsa entre dois ou mais alunos.
- Art. 29 -** As alterações oriundas de normas emanadas pelo CNPq e FA serão incorporadas ao presente Regulamento.
- Art. 30 -** Toda solicitação de alteração no projeto encaminhada por meio do SGP, bem como eventuais recursos do resultado preliminar do processo de seleção, devem ser comunicados à PTL também por e-mail.
- Art. 31 -** Em caso de empate na pontuação da Produção Científica e Tecnológica do orientador, deve ser observada a vantagem obtida, pela ordem, nos seguintes critérios de desempate:
- maior pontuação no somatório dos itens 3 ao 8 da Tabela de Pontuação;
 - maior pontuação no item 16 da Tabela de Pontuação;
 - idade mais elevada.
- Art. 32 -** Os casos omissos serão resolvidos pelo CIBITI, sendo este o fórum de julgamento.
- Art. 33 -** As normas estabelecidas neste regulamento entram em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Regulamento aprovado/alterado pelo
CIBITI em reunião realizada no dia de
22/02/2022.

Prof. Dr. Luiz Fernando Cótica
Presidente do CIBITI

Prof. Dr. Ivair Aparecido dos Santos
Coordenador do PIBITI